

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.054 - SP (2019/0295886-6)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : ALEX RODRIGUES DA SILVA**  
**ADVOGADO : ALEX RODRIGUES DA SILVA - SP242255**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ELIJONES BIGJIM SILVA DE SOUZA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ELIJONES BIGJIM SILVA DE SOUZA no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos e 9 (nove) meses de reclusão, em regime inicial aberto, mais pagamento de 291 (duzentos e noventa e um) dias-multa, como incurso no art. 33, caput, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 e no art. 16, caput, da Lei n. 10.826/2003, porque, juntamente com um corréu, "*transportavam, para fins de tráfico, 51,6g (cinquenta e um gramas e seis decigramas) do composto 'Benzoilmetilecgonina', conhecido como 'cocaína', divididos em 100 (cem) trouxinhas na forma de crack; 269,5g (duzentos e sessenta e nove gramas e cinco decigramas) da mesma substância divididos em 401 (quatrocentos e um) eppendors ; e 1,380Kg (um quilo e trezentos e oitenta gramas) de 'Tetrahydrocannabinol', conhecido como 'maconha', divididos em 02 (dois) tijolos; 228,6g (duzentos e vinte e oito gramas e seis decigramas) de 'Tetrahydrocannabinol', divididos em 25 trouxinhas plásticas*" (e-STJ fl. 29), e também "*transportavam 03 (três) munições calibre 09MM e 03 (três) munições calibre .45, de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar*" (e-STJ fl. 30).

Irresignadas, tanto a acusação quanto a defesa interpuuseram recurso de apelação, provido o primeiro, nos termos da ementa ora transcrita (e-STJ fl. 48):

**APELAÇÃO - TRÁFICO DE DROGAS e POSSE ILEGAL DE MUNIÇÕES:**

1. DEFESA: Absolvção - Insuficiência probatória atipicidade: Impossibilidade: Comprovação segura nos elementos coligidos aos autos. Redução da pena penas alternativas: Inviabilidade. Recurso improvido.

1. JUSTIÇA PÚBLICA: Recrudescimento da pena afastamento da

# Superior Tribunal de Justiça

reduzora especial: Viabilidade. Agravção do regime prisional: Cabimento. Recurso provido.

Na presente impetração, a defesa se insurge contra a dosimetria da pena e a execução provisória da pena.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, constatei que foi oportunizada à defesa a interposição de todos os recursos antes da expedição do mandado de prisão e que em 12/4/2019 foi negado seguimento tanto ao recurso especial quanto ao recurso extraordinário.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

